

APRESENTAÇÃO: (RE) EXISTÊNCIA: RELATOS SOBRE A EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA AFRRORRELIGIOSA

Nilo Sérgio Nogueira – Tata Kivonda Kis'ange¹

DOI: 10.26512/revistacalundu.v3i1.25233

Pedestre não resiste aos ferimentos sofridos após ser atropelado por um veículo na noite passada em um dos bairros mais elegantes da cidade e morre no local.

Normalmente esse seria o início de uma notícia nos telejornais para relatar e informar ao telespectador um fato acontecido. Esse mesmo assunto, com certeza, seria enfatizado de outra maneira dependendo do pedestre e do motorista. Senão vejamos:

Veículo, possivelmente em alta velocidade atropela e mata pedestre que estava no passeio em uma rua pouco movimentada de um dos mais elegantes bairros da cidade. O motorista, homem negro e de meia idade, que usava roupas brancas e fios de conta no pescoço, com grande indício de cultuar a Umbanda ou o Candomblé, não quis gravar entrevista e, ao ser levado para ser submetido ao teste do bafômetro, recusou-se a fazê-lo.

Em todas as falas que faço ou que tenha feito, sempre digo que somente quem tem história pode contar história. Ser negro traz colado ao corpo uma história de vida que mexe com o imaginário político e social da humanidade e, no nosso país mais ainda. Descendemos de africanos que vieram para o Brasil e aqui, escravizados, deixaram de fazer parte da categoria de humanos, tornando-se objetos nas mãos do opressor e massa de manobra ainda hoje. A religião europeia aqui imposta pelos colonizadores portugueses obedecia ao rito sumário cristão, ditado pela Igreja Católica, em que a figura masculina do Papa decidia a vida e a morte dos governantes e dos súditos. A catequese indígena é prova cabal do desrespeito ao dono da terra que aqui já estava quando da chegada das caravelas portuguesas. Nada contra o Catolicismo ou

¹ Administrador, com larga experiência em Gestão Pública. Foi assessor da Secretaria de Estado de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) durante 11 anos. Ogã do terreiro Cabana Senhora da Glória – Nzo Kuna Nkos'i, importante liderança da casa, de sua associação civil e dos Movimentos Afrorreligioso e Negro nacionais. Mestre popular é uma das grandes referências políticas do grupo Calundu. e-mail: n.nogueira1@gmail.com.

qualquer outra religião cristã, mas o respeito deveria ser inerente ao ser humano. Quando falo em respeito, o coloco como vetor maior das relações humanas e mola mestre dos diálogos entre as nações.

O africano trouxe consigo a sua crença e fé religiosa, razão maior da sua resistência. Ele poderia perder tudo, menos a fé e crença em Seres maiores que os opressores, já que na África ele não era oprimido. Claro que diferenças entre povos existiam – inclusive guerras –, mas eram entre eles resolvidas e cada um desses povos seguia sua existência e seu processo histórico. A história já nos mostrou como o negro escravizado no Brasil cultuava sua fé e, ao longo de cinco séculos, dentre os quais quase dois em dita liberdade, pouco avançamos e muito se falou.

Não precisamos falar da diáspora para entender o disparate. Na minha ascendência paterna tenho um bisavô africano de Moçambique, pai do meu avô brasileiro das Minas Gerais. Por outro lado, ainda na ascendência paterna, tenho um bisavô português, pai da minha avó brasileira também das Minas Gerais. Meu bisavô africano era escravizado na fazenda do meu bisavô português. No ano de 1889 nasceu meu avô e no ano de 1890 nasceu minha avó. Já não mais escravizado, meu bisavô morava e trabalhava na fazenda, onde nasceu e cresceu meu avô. Ele cultuava os inquices. Meu bisavô português era católico fervoroso. A união do meu avô e da minha avó custou a ela expulsão da família. Onde já se viu moça branca, filha de europeus casar com negro, filho de africano e ainda por cima não praticante da religião dominante? A afrorreligiosidade não era reconhecida e muito menos aceita. Sua existência era tolerada, pois não representava nenhum perigo. Afinal, nem igreja tinha! Tudo era discreto e nem rezavam, só cantavam.

Pois bem, a religiosidade e os rituais trazidos pelos africanos ganharam proporções imensas, pois o país possuía dimensão continental e suas grandes regiões abrigavam um número considerável de negros escravizados. Eram muitas as senzalas e enquanto os homens negros africanos ou os já nascidos no Brasil trabalhavam a terra, as mulheres faziam os trabalhos domésticos na casa grande. A carne não considerada nobre pelo senhor da fazenda era distribuída aos escravizados, como forma de jogar fora. O talo da cana de açúcar também não servia e a farinha de mandioca, além do milho branco para canjica e o amarelo para dar de comida às galinhas, misturados, serviam de ração para os porcos. O Ora-pro-nóbis, rama que cresce apoiada em cerca de arame e rica em vitaminas e proteínas, era largamente consumido pelos negros, o que lhes dava força e saúde para o dia a dia dos trabalhos na terra. Esses ingredientes, dentre

outros, são utilizados na composição da comida sagrada dos inquices, como o Acarajé, Açaá, Amalá, etc., e oferecidos com as cantigas não consideradas religiosas ou ritualísticas pelo senhor branco, já que não eram entendidas como oração ou reza. A história é amplamente conhecida, mesmo que ignorada, pelo poder dominante ao longo dos séculos. É desrespeitada por completa violência e ampla ignorância. Noto que iniciei o texto com uma possível notícia jornalística e sua forma de abordagem. Esta é a manifestação de uma estratégia de dominação, como todo processo preconceituoso e racista que vivemos, em todo planeta.

Ao entrarmos no universo das Comunidades Tradicionais de Terreiro, hoje ampliado no discurso público/estatal para Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas, vemos a afroreligiosidade em toda sua pujança existencial de uma maneira única, como somente no nosso país é possível enxergar. Sua ritualística majestosa e imponente, muitas vezes até na simplicidade física de um terreiro, em nada leva o leigo ou o assistente ao entendimento de que ali existe uma forma de resistência ímpar, capaz de quebrar paradigmas impregnados pelo opressor que tenta demonizar os inquices, voduns e/ou orixás ali representados, os encantados e os ancestrais ali materializados. A leveza dos toques, danças e cânticos em nada condiz com a marginalização que tenta nos imputar. A figura das mametos ou ialorixás, muitas vezes senhoras de pouca ou nenhuma formação acadêmica, mas de profundo e notório saber na faculdade da vida, nos ensina o amor e o perdão como forma única de resistir ao mal que assola o ser humano. Nos terreiros, elas são as rainhas. Senhoras únicas do processo decisório. Esses espaços físicos dos terreiros são os seus domínios. Cada móvel e louça ali existente veio pelo fruto do seu trabalho honesto e o de sua comunidade. Cada alimento servido naquele espaço foi feito com amor, carinho e respeito, seguindo uma ritualística ancestral e tradicional, passada por meio do aprendizado oral. Ao contrário da África, aqui a liderança feminina nos terreiros é estruturante.

A figura da mãe é muito forte na nossa cultura, afro ou não. A mãe simboliza resistência e força interior, simplicidade e amor no coração. Quando vemos nossos terreiros invadidos, vilipendiados e queimados por marginais querendo ocupar o lugar do seu deus cristão (ser que, lembro, também respeitamos e reconhecemos por meio de nossas próprias tradições) e falando em seu nome, nos causa revolta, mas a melhor resposta é a que fornecemos. Procuramos as autoridades constituídas e denunciemos. Agimos de acordo com a lei dos homens, mas tenham certeza que em algum momento a fatura chegará. Essa é a lei ancestral divina. O Senhor da Justiça jamais falha. Tudo é

questão de tempo. E, como aprendi com o preto-velho Pai Guiné de Aruanda, *o tempo não volta, mas passado e presente andam juntos.*

O opressor ainda não entendeu que quanto mais ele invade e queima um terreiro, mais ele fortalece a forma silenciosa da resistência. Quanto mais ele diz que isso não existe, mais ele se coloca na posição medrosa daquilo que não conhece, portanto, sem nenhuma qualificação ou credencial para falar. E, noto, a nossa maior resistência no presente é a partir da educação. Pode parecer clichê, mas é a pura verdade. Quanto mais somos atacados, mais nos preparamos e nos doutoramos. No presente, nossa força de luta já chegou à universidade.

Esta última observação nos traz aos textos desta edição da Revista Calundu. Iniciando pelos quatro artigos, cada qual de grande riqueza individual e, como um todo, bem articulados ao tema maior deste número da publicação, que é a (re) existência e a resistência afroreligiosa (e a negra por meio dela). A edição é aberta com o belo texto da jovem Luísa Sousa de Carvalho, “A Pedagogia do Axé: promoção da cidadania e fortalecimento da identidade negra pelo projeto Abc Musical”. A autora destaca o projeto musical promovido pela comunidade do terreiro Ilê Axé T’Oju Laba, em Cidade Ocidental, Goiás. O projeto potencializa o resgate da cultura negra brasileira e oferece caminhos cidadãos para o desenvolvimento da juventude daquela cidade. Em nota pessoal, atesto aqui a força e importância deste projeto, e de outros que, como este, são desenvolvidos nos vários terreiros brasileiros.

O segundo texto foi escrito pela minha mui querida amiga, a Iyá Patrícia Maria de Lira Ahualli, em parceria com sua filha Natasha Lira de Abreu. Trata-se de narrativa potente, realizada por Patrícia, que conta sua já enorme história como militante do Movimento Afroreligioso do Distrito Federal. Esta história se confunde com as várias fases da luta das redes e organizações desse movimento social em Brasília. Uma luta que é também jurídica, como fica bem evidenciado ao longo do artigo. Patrícia cabe dizer, é uma importante e antiga candomblecista do Distrito Federal. Uma grande mestra popular, com notório saber em cultura popular. A publicação de um artigo seu mostra a potência política da Revista Calundu, que atravessa a acadêmica. E o fato de o texto ter sido escrito também por sua filha Natasha mostra que o afeto também tem grande parte nessa luta.

O terceiro texto, riquíssimo, foi escrito pela historiadora Cristina Britto e se intitula “O Puro e o Híbrido: o jogo de alteridades na formação representacional da Umbanda branca”. Trata-se de artigo que exemplifica muito da inteligência estratégica

afrorreligiosa a que me referi em minhas palavras iniciais. A afrorreligiosidade resiste por diversos meios, inclusive aparentando-se de branca. Todavia, não deve haver dúvidas: onde fala um preto-velho, onde dança um caboclo, onde ancestrais são cultuados, ali há a força do povo negro.

O quarto e último artigo, que fecha em alto nível a primeira sessão deste número da revista, é de autoria de Bruno Barros dos Santos e se chama “‘Santos’ ou não, mas aqui estão: a Umbanda em Tocantinópolis-TO”. O texto conta sobre como o terreiro de Umbanda da mãe Maria Bonita se mistura a seu contexto local, trazendo seus sincretismos com outras religiões e misturas com a cultura da cidade de Tocantinópolis. Mostra como a afrorreligiosidade é viva e dinâmica. E nos lembra sobre como existe, de diversas formas, por todo o Brasil.

Finda a sessão de artigos, passamos aos textos livres. Neste número, todos estes foram escritos por integrantes do próprio grupo Calundu. Os três primeiros são assinados coletivamente por todas e todos do grupo e objetivam fornecer uma contribuição autoral, resultante de sua pesquisa e militância, ao ensino de história afro-brasileira neste país. Ao ler os textos livres, encantei-me com a linguagem pura e verdadeira dos integrantes do grupo. Retornei ao tempo de estudante quando, por natureza, sempre tive desejo de aprender e necessidade de entender o desconhecido. Textos como os que foram escritos verdadeiramente deveriam fazer parte do ensino da história afrorreligiosa nas escolas, na aplicação efetiva da lei 10.639/2003 e seus desdobramentos.

Fechando a sessão de textos livre e a revista, também em muito alto nível, o grupo Calundu republica a nota política escrita por sua integrante Andréa Letícia Carvalho Guimarães, “O que o julgamento do STF sobre o abate religioso tem a nos dizer?” Esta nota foi escrita assim que terminou o julgamento do Supremo Tribunal Feral brasileiro sobre a constitucionalidade ou não do abate religioso (sacrifício ritual) de animais por Comunidades de Terreiro. A corte maior deu ganho de causa às comunidades, que, com efeito, abatem animais conforme seus próprios preceitos para fins de alimentação, tal como também fazem, dentre outros, judeus e muçulmanos. Andréa foi muito feliz ao redigir o texto, endossado por todas e todos do grupo Calundu, explicitando que a tentativa de proibição do abate foi um ato de racismo religioso – o que também fica evidente a partir das palavras dos próprios juízes da corte suprema.

Não sou doutor na letra, mas precisamos de seres humanos mais capacitados academicamente no nosso país, principalmente negros, maioria absoluta da nação. Só assim seremos uma nação forte e efetivamente respeitada. A melhor maneira de relatar a existência e a resistência afroreligiosa, no meu juízo de entendimento, vem a partir de publicações como essa e grupos de estudo como o Calundu, que, silenciosamente, vem ocupando espaço na academia com seus membros e divulgando a cultura afro-brasileira com rigor letrado e maestria, elementos essenciais para a tão sonhada e necessária reparação que o povo negro pede.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2019.